

TRABALHO, INDÚSTRIA E ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO**

José Ricardo Ramalho**

A participação de trabalhadores e sindicatos em debates sobre projetos de desenvolvimento vem se tornando tema obrigatório tanto para agentes sociais como para estudiosos das questões do trabalho no Brasil. Especial atenção ocorre quando estão em jogo as estratégias de investimento e de reestruturação de grandes empresas, em especial as multinacionais, e seus efeitos sobre as localidades onde estão inseridas. Nesses casos a questão é: prevalece a lógica do acionista, focada unicamente nos dividendos financeiros, ou será possível identificar práticas locais de contestação a essas iniciativas, exigindo maior responsabilidade e compromisso empresarial com os desdobramentos das ações sobre os territórios?

Não se pode discutir desenvolvimento ignorando os impactos causados pela presença desse tipo de empresa sobre as localidades, sua interferência na estrutura de poder e nas relações de emprego e condições de trabalho. E, nesse contexto, considerar a participação das entidades de representação dos trabalhadores na definição das políticas de investimento nas regiões industrializadas é um passo essencial. A crise financeira mundial de 2008 trouxe bons elementos para se avaliar a efetiva capacidade de reação dos sindicatos e de outros agentes sociais diante do comportamento das grandes empresas, preocupadas acima de tudo com balanços negativos e interesses imediatos prejudicados.

As últimas décadas de um mercado capitalista globalizado se caracterizaram por mudanças sociais e econômicas que afetaram diretamente as relações de trabalho através de um processo de reestruturação das atividades produtivas. A flexibilização do emprego para dentro e para fora das firmas transformou-se na característica mais importante da lógica empresarial. As empresas globais passaram a sistematicamente utilizar a sua presença em vários países

* Este texto se beneficia de resultados parciais de projetos de pesquisa, apoiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), por meio do Programa Cientistas do Nosso Estado

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Departamento de Sociologia do IFCS-UFRJ, e pesquisador do CNPq e da Faperj (Programa Cientistas do Nosso Estado).

para impor essas condições de trabalho. Entre as consequências mais visíveis das novas práticas estão a intensificação do trabalho, a precariedade dos laços de emprego e a redução do poder reivindicatório dos sindicatos.

A questão que se coloca hoje para os pesquisadores é avaliar se, diante de um quadro atual de ataque a direitos trabalhistas consolidados, há condições organizacionais e políticas para que ações sindicais divirjam das estratégias empresariais. Importa saber se o poder das empresas se exerce sem resistência ou enfrenta uma crítica social e uma articulação política organizada localmente que reforce os mecanismos de proteção dos que vivem do trabalho (RAMALHO, 2010). A manifestação do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, como resposta à crise regional dos anos 1990 e ao deslocamento das firmas para outras localidades, serve como um bom exemplo dessa perspectiva crítica que contesta a perda de empregos como uma decisão isolada do empresário:

Além dos aspectos estritamente financeiros [perda de salários, impostos, demanda para os fornecedores locais], uma fábrica é também o símbolo de um acúmulo tecnológico, de um 'saber fazer' a respeito da produção de um determinado produto. Em cada funcionário, em cada departamento, em cada norma escrita estão incorporados, em realidade, vários anos de conhecimentos – que não se reproduzem com o mero deslocamento da fábrica para outra localidade. [...]. Portanto, quando uma empresa do porte da [...] decide pela desativação de uma fábrica, ela não está tomando uma decisão que diz respeito unicamente aos interesses privados da companhia. É toda uma comunidade pública e privada que está envolvida [...]. Se a empresa tem o 'direito' de estabelecer a estratégia de produção e mercado que considere a mais adequada para si, a sociedade tem o direito também de preservar o que de fato é seu patrimônio: as relações sociais, econômicas e tecnológicas que giram em torno de uma [...] fábrica [...] (MARINHO, 2009).

A realidade da globalização industrial está demonstrando que os sindicatos perdem sua eficácia no exercício de sua representação se ficam apenas restritos às questões salariais e às corporações. A questão do trabalho é hoje muito mais ampla e complexa e se mistura com outros setores da vida social. As práticas sindicais tradicionais não parecem ser suficientes para promover a melhoria das condições gerais de vida dos trabalhadores. O envolvimento ativo em fóruns de discussão e decisão sobre os rumos dos processos de desenvolvimento permite trazer para o espaço público as reivindicações sobre melhores condições de saúde, educação e segurança, aspectos básicos dos direitos de cidadania; e as decisões sobre as estratégias de investimento, crescimento econômico e distribuição de riquezas.

Para argumentar nesse sentido, vou me referir a dois exemplos de territórios produtivos brasileiros que, a partir da crise de 2008, tiveram de enfrentar os efeitos negativos do desemprego e da redução das atividades industriais.

Esses casos reforçam a visão dos que identificam uma real capacidade dos sindicatos e de outros atores sociais de intervirem na discussão sobre a

utilização dos recursos econômicos produzidos no território e, eventualmente, constranger empresas a alterarem estratégias e redefinir práticas.

Os dois aglomerados industriais têm características comuns: o predomínio de grandes empresas e empresas multinacionais, a adoção de relações de trabalho flexíveis nas fábricas e o crescimento das atividades econômicas e da arrecadação para as administrações públicas municipais. As diferenças correm por conta da história do processo de industrialização regional, da densidade institucional acumulada nesse contexto industrial e do nível de articulação dos sindicatos e movimentos sociais, com implicações sobre as relações de poder.

O primeiro exemplo é do ABC paulista, que reúne as principais montadoras de veículos do país, tem uma classe operária consolidada, um mercado de trabalho especializado e um sindicalismo bem estruturado. Mesmo assim, ficou vulnerável às crises econômicas mundiais e à reestruturação produtiva dos anos 1990 e 2000, quando as fábricas passaram por intenso processo de reformulação e enxugamento de mão de obra.

O segundo exemplo é o do Sul Fluminense que, em meados dos anos 1990, renovou sua vocação industrial, tradicionalmente siderúrgica, para abrigar um conjunto de empresas multinacionais do setor automotivo. A convivência de dois tipos de indústria, metalmecânica e siderúrgica, trouxe um impacto significativo em termos de relações de trabalho, organização sindical e condições urbanas.

Discussão teórica

Algumas orientações teóricas podem ajudar na compreensão dos casos. Ao reconhecer a “localidade” com poder de interferência sobre atividades econômicas e empresariais, estamos de acordo com a argumentação de Cooke (1989, p. 296), sobre a localidade não poder ser vista apenas como mera receptora de algo decidido em processos nacionais e internacionais, mas que está ativamente envolvida na sua transformação, mesmo sem controle total sobre seu próprio destino. Para esse autor, as localidades não seriam apenas lugares ou mesmo comunidades. Elas seriam a soma de energia social e agência e o resultado da aglomeração de diversos indivíduos, grupos ou interesses sociais no espaço, não seriam passivas ou residuais, mas de vários modos e graus, centros de consciência coletiva.

Em segundo lugar, importa uma posição sobre o significado dos efeitos práticos da adoção da flexibilidade como estratégia empresarial no mercado globalizado, o que colocou os assalariados sob “o peso da incerteza do mercado”. Nesse sentido, seguimos Boltanski e Chiapello (1999, p. 292), quando afirmam que a flexibilidade pode ser decomposta em uma flexibilidade interna que se baseia na transformação profunda da organização do trabalho e das técnicas utilizadas (polivalência, autocontrole, desenvolvimento da autonomia etc.) e em uma flexibilidade externa que supõe uma organização do trabalho dito em rede, dentro da qual as empresas “enxutas” encontram os recursos que

lhes faltam com o uso intenso da subcontratação, mão de obra maleável em termos de emprego (emprego precário, por tempo determinado etc.) e jornadas de trabalho com horários variáveis.

Na mesma linha, Castells (1998, p. 298-299) aponta para o aumento extraordinário de flexibilidade e adaptabilidade possibilitadas pelas novas tecnologias que contrapõem a rigidez do trabalho à mobilidade do capital. E reconhece uma pressão contínua do sistema para tornar a contribuição do trabalho o mais flexível possível. “A produtividade e a lucratividade foram aumentadas, mas os trabalhadores perderam proteção institucional e ficaram cada vez mais dependentes das condições individuais de negociação e de um mercado de trabalho em mudança constante”.

Esse raciocínio teórico, além disso, exige uma discussão sobre os diferentes arranjos sociais com base na flexibilidade que são criados regionalmente pelas empresas multinacionais e os modos como estas justificam suas ações que têm como objetivo produzir bons resultados econômicos e dividendos para donos e acionistas, em contextos em que há, da parte das sociedades locais, expectativas de um compromisso social da empresa com o bem-estar de seus habitantes e com a sustentabilidade do desenvolvimento econômico projetado. Esta mobilidade dos novos investimentos empresariais tem sido utilizada para pressionar mercados de trabalho tradicionalmente regulados e refazer acordos costurados ao longo de anos de negociação pelos sindicatos.

No que diz respeito aos sindicatos, seguimos a perspectiva de que as transformações na estrutura produtiva afetaram a organização sindical e as estratégias de resistência operária. Os sindicatos ganharam importância ao longo do século XX por meio de enfrentamentos políticos em variados níveis: desde a resistência fabril aos mecanismos de controle do trabalho até as greves que contestaram a distribuição das riquezas produzidas e reivindicaram melhores condições salariais e de vida.

O novo contexto teve um efeito desmobilizador sobre as instituições de defesa dos trabalhadores - organizadas com base nas nítidas contradições de classe que marcaram a era fordista - e suas ações ficaram prejudicadas pela estruturação das empresas em rede e pelas atuais formas de manifestação do trabalho com a propagação de formas de trabalho atípicas, inseguras e desprotegidas da lei.

Os exemplos a serem apresentados confirmam a importância de se considerar no debate sociológico as questões que abordam a relação de localidades e regiões com as estratégias das grandes empresas e a possibilidade de reivindicar e demandar um compromisso com políticas e iniciativas voltadas para o bem-estar da população.

O caso do ABC paulista

As crises de 1990 e 2000 na região do ABC paulista, onde o Sindicato dos Metalúrgicos é mais organizado e com laços mais próximos com a administra-

ção pública, foram enfrentadas com agendas proativas. Diferentes setores da sociedade, inclusive pequenos e médios empresários, buscaram estratégias de recuperação econômica e manutenção do emprego, o que resultou na criação da Câmara Regional do ABC e da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC¹. Isso não significa que não tenha havido manifestações de insatisfação e de protesto quanto ao modo como as grandes empresas estavam tratando a região.

Enfatizamos que a ação de sindicatos com tradição de luta trabalhista, densidade institucional e acúmulo político regional e nacional, e com poder de mobilização de suas categorias, acaba por desempenhar um papel importante e, de certa forma, inovador na formulação de novos mecanismos institucionais para discutir estratégias políticas de enfrentamento das dificuldades impostas às regiões e localidades, pressionar por soluções favoráveis aos trabalhadores em geral, passando a exercer influência nas novas concepções construídas em situações de crise econômica.

O envolvimento do sindicato dos metalúrgicos chama a atenção pela preocupação em atuar em instâncias pouco frequentadas por sindicalistas e por se envolver na discussão sobre estratégias de investimento e políticas sociais. A articulação regional para enfrentar as crises demonstrou um alargamento da pauta sindical para questões relativas ao desenvolvimento regional, à distribuição dos recursos econômicos e políticos e ao estabelecimento de canais de demanda junto aos governos estadual e federal.

Um sindicalismo que assumiu um desafio de ir além daquilo que seriam as expectativas naturais de um campo para ação sindical, quer dizer: uma ação que vai para além da questão do salário, das condições de trabalho, da jornada de trabalho, ou seja, que extrapola o âmbito da fábrica ou da categoria (ex-diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 2004).

Em ambas as crises, a ação sindical se voltou para a busca de alternativas para manter e criar empregos e viabilizar atividades econômicas regionais. A atuação política do sindicato, para além das atividades corporativas e do embate de interesses em outras instâncias públicas, indica uma consolidação de práticas de articulação, iniciadas e experimentadas nos anos 1990 e que retomaram o cenário político e se refizeram em função das necessidades colocadas para todos os atores instalados naquele território novamente, em 2008 e 2009. (RAMALHO e RODRIGUES, 2013, 2010).

Um primeiro aspecto a ser destacado neste exemplo de território produtivo se refere à conversão do capital político acumulado nas lutas sindicais em outro tipo de recurso político, acionado em outras esferas de interesse, relacionadas a questões de coordenação institucional fora do espaço da produção.

1. Este assunto está disponível em: <<http://www.consortioabc.sp.gov.br>>. Acesso em: 9 out. 2013. Ver também: (ABRUCIO; SOARES, 2001), (REIS, 2005), (DANIEL, 1995, 1996, 2001a, 2001b), (DANIEL; SOMEKH, 1999), (PETROLLI, 2000), (HORTA, 2003). Sobre a experiência da Câmara Regional do ABC, ver: (GOMES, 1999), (LEITE, 1999), (GUIMARÃES; COMIM; LEITE, 2001), (BONIFACE, 2001), (KLINK, 2000, 2001), (ALBUQUERQUE, 2001), (CÂMARA REGIONAL DO ABC, 2000a e 2000b), (CAMARGO, 2003), (BRESCIANI, 2004).

Nota-se, nesse caso, que as articulações não anularam as diferenças de classe existentes nos universos fabris, assim como não reduziram os conflitos associados às questões salariais e às condições de trabalho. É preciso levar em conta as enormes dificuldades e limitações que estão presentes em iniciativas que envolvem atores com inserções sociais diferenciadas e que estão marcadas por uma complexa disputa de interesses e poder. No entanto, a ação sindical de 2009 confirma a incorporação, no conjunto das reivindicações trabalhistas, das questões econômicas regionais.

Os atores regionais, entre eles os sindicatos, devem colocar em debate o próprio modelo de desenvolvimento que se quer para a região, cujos elementos básicos devem ressaltar: aquele que primeiro combina crescimento econômico com inclusão social e proteção ao meio ambiente; segundo, que promove uma nova cultura empresarial, baseada na democratização das relações capital-trabalho e na responsabilidade social das empresas; terceiro, que estimula formas inovadoras de mobilização dos recursos econômicos através de redes de pequenas empresas, cuja sustentabilidade (social, técnica e institucional) é assegurada a partir dos efeitos sistêmicos (aglomeração e proximidade) proporcionados pelos territórios em que as redes operam (CONSTRUINDO..., 2009, p. 42).

Um segundo aspecto sobre a disputa de interesses e poder se refere aos percalços do relacionamento das empresas multinacionais com as pequenas e médias empresas no contexto regional e a divergência de interesses e perspectivas, principalmente nos momentos de crise. A mobilização política pela revitalização industrial do ABC, nos anos 1990, colocou em xeque as diretrizes de planejamento estabelecidas pelas empresas cujas sedes estavam localizadas fora do Brasil, e que habitualmente não se sentiam na obrigação de se envolver em negociações e planos de desenvolvimento a partir do espaço regional ou local. As articulações políticas, refundadas na crise dos anos 2000, criaram situações de constrangimento para estas empresas ao exigir contrapartidas econômicas e sociais e a participação efetiva nas instâncias locais de debate sobre questões regionais.

Um terceiro aspecto se refere à ação do Estado e dos órgãos da administração pública, que ganham outra dimensão nos momentos de crise regional e que são acionados devido ao poder de arregimentação e implementação de políticas públicas no processo de coordenação dessas novas experiências institucionais. No caso do ABC, os agentes do setor público, embora de origens políticas diferentes, buscaram e, de certa forma, foram bem-sucedidos na elaboração de estratégias de internalização de serviços industriais avançados, tais como a logística, o processamento de dados, a engenharia de produtos, o *marketing*, entre outros. O balanço dessa experiência demonstra o avanço em algumas pautas e diretrizes voltadas para o aprofundamento de políticas de revitalização local que tiveram participação importante dos órgãos públicos.

Por fim, este caso traz mais elementos para um debate sobre estratégias de desenvolvimento local em contexto de globalização, sobre a refundação de espaços territoriais a partir de recursos específicos constituídos ao longo do tempo, sobre a constituição de novos espaços institucionais nos quais atores sociais podem repensar práticas de negociação política e de formular propostas de desenvolvimento a partir de espaços públicos; e sobre o papel dos organismos de representação dos trabalhadores que utilizam seu acúmulo de relações políticas no exercício das novas práticas democráticas de discussão sobre modelos de desenvolvimento e na busca de alternativas com vistas a garantir melhores condições de trabalho e de vida para seus representados e para a população em geral.

Isso abriria a possibilidade de investigar se nessa situação social (de crise) poderiam ser criadas condições necessárias à emergência de atividades capazes de incorporar setores da população à esfera da cidadania, dando conotação política ao universo produtivo (COCCO, 1999, p. 28); ou se seria viável o estabelecimento de uma nova ordem econômica regional na qual há “um domínio coletivo de exterioridades [...], que deve ser gerenciado por instituições públicas” (SCOTT, 1999, p. 30-31); ou se, ainda, a população de uma cidade poderia ser considerada como protagonista de desenvolvimento local e político, o que requereria uma visão estratégica do novo papel das cidades no cenário internacional (KLINK, 2003, p. 33).

O Sul Fluminense

A crise de 2008 despertou no Sul Fluminense - de imediato, na sociedade local - a necessidade de enfrentar os efeitos prejudiciais do desemprego e da redução das atividades econômicas. Nesse contexto, foi criado o **Fórum Demissão Zero**, que reuniu por alguns meses uma gama variada de agentes sociais em busca de alternativas para a situação que atingia os trabalhadores, mas também os pequenos e médios empresários e a administração pública. A construção da pauta social coube à Igreja Católica, em aliança com o Sindicato dos Metalúrgicos, e por isso contou com um forte apelo para a mobilização social, especialmente em manifestações contra a principal empresa da região, do setor siderúrgico (RAMALHO, 2012).

Não foi a primeira vez que a região Sul Fluminense, em especial a cidade de Volta Redonda, sofreu com as crises econômicas ou reagiu às dificuldades impostas especialmente ao grande contingente de trabalhadores formados nas últimas décadas pelo processo de industrialização regional. Mas, no contexto de 2008/2009, a resposta das localidades adquiriu novos contornos ao reunir atores políticos e econômicos que, até aquele momento, não tinham tido a prática de se sentar para discutir estratégias de ação coletiva e construir canais de interlocução com vistas a encaminhar demandas às grandes empresas e às instâncias da administração pública estadual e federal.

Com a crise, a reação da principal empresa da região, fundada nos anos 1940, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), foi demitir trabalhadores, com a justificativa da preservação dos negócios e da atividade industrial. Embora o objetivo do Fórum não tenha sido o de acirrar divergências, mas de buscar alternativas para minorar problemas sociais, a iniciativa coletiva, por envolver uma complexa disputa de poder, enfrentou muitas contradições.

O uso que a empresa fez dos seus recursos econômicos e políticos nesse caso remeteram a uma história mais longa de seu relacionamento com o município e a cidade de Volta Redonda. O papel mais importante de contestação à ação da CSN coube ao Sindicato dos Metalúrgicos. Embora se defrontando com uma realidade sindical alterada pela implantação de relações de trabalho flexíveis na cadeia produtiva regional e por novos desafios de representação, tendo em vista o crescimento substantivo do operariado industrial automotivo no Sul Fluminense (RAMALHO, 2005; ABREU e BEYNON e RAMALHO, 2000), pode-se dizer que o Sindicato dos Metalúrgicos, apesar das sucessivas crises políticas internas das duas últimas décadas², preservou recursos políticos obtidos nas práticas de negociação e de conflito ao longo dos vários anos com a CSN, o que permitiu assegurar a legitimidade de seus pleitos.

A criação do Fórum Demissão Zero teve relação direta com as demissões de trabalhadores. Os efeitos socialmente ruinosos para a vida da localidade foram o agente mobilizador da organização desse novo espaço de reivindicações político-econômicas. Mas as reuniões do Fórum acabaram por associar a questão do desemprego a uma pauta econômica mais ampla, discutindo outras preocupações e estratégias, fazendo emergir demandas envolvendo empresários médios e pequenos, da indústria e do comércio, assim como demandas do poder público local, como forma de pressão junto a outros órgãos estaduais e federais. Em outras palavras, o Fórum evoluiu de um motivo único e urgente - a retomada dos empregos - para uma ampliação da pauta econômica regional, incluindo vários setores econômicos, sobretudo locais, na construção de uma instância plural de atuação política.

Com o anúncio de dispensas em massa de operários, o Sindicato dos Metalúrgicos contestou imediatamente essa medida como modo de resolver as dificuldades empresariais diante da crise. A motivação política para a realização do Fórum contou também com um componente moral, acionado pela Igreja Católica, ao condenar a injustiça das demissões diante de uma crise de responsabilidade exclusiva do sistema econômico. A mobilização da Igreja confirmou também sua aliança histórica com o Sindicato dos Metalúrgicos, consolidada em outros momentos de conflito com a CSN. A organização do Fórum não só contou com o espaço físico oferecido pela Igreja, como teve participação ativa dos agentes de pastoral em atividades de coordenação.

A articulação agregou outros atores e acabou atraindo um grupo diverso de entidades e indivíduos que também por motivos diversos identificou na iniciativa do "Demissão Zero" uma chance para fortalecer as localidades e a região:

2. Para uma descrição mais detalhada desse período da história do sindicato ver: (PEREIRA, 2007; GRACIOLLI, 1997, 2007; DIAS, 2010).

Montamos um grupo e eu não imaginava que daquela reunião pudesse desdobrar da forma que desdobrou. [...] Começaram a surgir ideias. Na primeira semana de janeiro, conseguimos fazer uma reunião com muitos prefeitos, muitos deputados. [...]. Mas o mais importante foi que os empresários, a classe patronal, os outros sindicatos, foram aderindo. E o comércio envolvido (Vereador da Câmara Municipal de Volta Redonda, 16 dez. 2009).

Neste mosaico de diferentes inserções e responsabilidades com os destinos das localidades e da região, a participação dos representantes do poder público (prefeitos, secretários municipais, vereadores, deputados estaduais e federais) foi expressiva. Divergências partidárias parecem ter ficado momentaneamente em segundo plano diante da urgência das demandas sociais e os políticos não se furtaram a atuar conjuntamente em busca de estratégias para auxiliar as empresas a criar empregos e, ao mesmo tempo, para pressionar os governos estadual e federal pela realização de obras consideradas essenciais para o desenvolvimento econômico regional.

A forma como a CSN lidou com a recessão e implementou a política de demissões levou a uma resistência sindical mais organizada, articulada à denúncia de que a empresa estava se aproveitando da situação para tentar retirar conquistas trabalhistas anteriores. A relação conflituosa da empresa com a cidade acabou entrando nesse debate e passou a constar dos discursos produzidos a partir das reuniões do Fórum Demissão Zero.

A empresa está tentando com essa tática desmoralizar o sindicato. [...] A CSN chamou a gente para conversar no início de novembro [...]. A proposta era o retorno do turno de oito horas. Com relação ao turno de trabalho, nós defendemos o turno de seis horas porque gera mais emprego, mais saúde, e mais tempo com a família. Só que a CSN ofereceu a metade do que ela mesma ofereceu em dinheiro há dois anos. [...] A CSN quer tudo e quer desmoralizar o sindicato (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos VR-RJ, 20 mar. 2009).

A parceria da Igreja Católica com o Sindicato dos Metalúrgicos no contexto da crise confirma uma cumplicidade entre as duas instituições, construída politicamente ao longo da história da região Sul Fluminense e de Volta Redonda, em particular. No evento da crise de 2008, a Igreja, por meio do bispo, confirmou essa parceria contra as demissões em massa, mas, além disso, usou a favor dessa campanha um dos principais instrumentos de persuasão, o discurso cristão de combate à injustiça, representada pelo desemprego e pela insensibilidade social do poder econômico.

Sempre atenta aos direitos humanos e políticos relacionados aos trabalhadores, a ação pastoral dessa Igreja também foi exercida de forma consistente na organização da sociedade civil em demandas associadas aos problemas de moradia, saúde, segurança e meio ambiente e mais recentemente se articulou para fiscalizar a atuação do poder público, por meio do Movimento pela Ética na Política (MEP). E sempre se insurgiu contra atitudes autoritárias por

parte da CSN, tanto no período da ditadura militar como no contexto após a privatização. A proximidade com os representantes dos operários no contexto da crise de 2008/2009 reforçou esse compromisso.

Uma das principais questões que surgem a partir de situações de crise como a que enfrentou o Sul Fluminense em 2008/2009 é sobre a longevidade das alternativas institucionais criadas, principalmente quando conseguem algum êxito e poder de aglutinação, como foi o caso do Fórum Demissão Zero. Com a reativação da economia em 2009 e a retomada dos empregos nas empresas instaladas na região, houve um decréscimo das atividades políticas do Fórum. Fica a dúvida sobre a eficácia mobilizatória dessa experiência ou de experiências similares. A continuidade, no entanto, mesmo em ritmo mais lento, mostrou uma evolução na pauta de debates para outras demandas sociais e a retomada de questões ligadas ao meio ambiente, objeto de preocupação antiga devido à poluição causada pelas atividades siderúrgicas.

As articulações do Fórum auxiliam no debate sobre alternativas político-institucionais criadas por regiões em contextos de crise, ao recolocar a discussão sobre o papel das localidades nos processos de desenvolvimento, e ao valorizar não só o papel dos atores sociais, mas também dos legados históricos que constituem as várias redes sociopolíticas envolvidas nesses espaços institucionais (RAMALHO, SANTOS e LIMA, 2013).

O Fórum Demissão Zero, no contexto da crise de 2008/2009 no Sul Fluminense, independentemente de sua continuidade, é um bom caso para aprofundar a compreensão de experiências regionais de reivindicação e ação coletiva, em contextos de localidades dependentes de grandes empresas. A descrição dessa experiência, afinal, identifica temas necessários para uma investigação sobre o assunto: a trajetória das redes sociopolíticas regionais, sua atuação política e o uso que fazem dos recursos organizacionais; o imbricamento da conjuntura regional com as conjunturas nacional e internacional, e a combinação de fatores históricos que permitem, nas localidades, a criação de casos complexos de ação coletiva e democrática; o protagonismo das empresas, mas também as contradições que surgem na defesa dos seus interesses; as práticas políticas de outros atores sociais que se associam ou se contrapõem ao predomínio empresarial; a possibilidade de se criarem instâncias de debate regional em esfera pública que podem alterar mecanismos tradicionais de decisão sobre projetos e propostas políticas e econômicas.

Conclusão

Alterados pelas novas estratégias gerenciais, a partir da reestruturação das empresas, as relações trabalhistas foram flexibilizadas nos espaços de trabalho, trazendo insegurança e precariedade de contratos, com impacto sobre as ações sindicais e a vida econômica das localidades.

A importância das novas experiências institucionais e a incorporação das localidades ao debate insere na discussão dos estudos do trabalho a questão

do espaço e de sua construção social. Para Cocco (1999, p. 23-24), “a transferência do ‘lugar’ da produção para os territórios das cidades extrapola a localização estritamente privada característica do regime de acumulação fordista. Afinal, o espaço da produção, ao deixar a fábrica e passar a se referenciar na cidade (no território), ganha uma conotação pública inexistente anteriormente”.

Constata-se uma sensibilidade e, cada vez mais, uma preocupação com os destinos e a gestão das localidades, com o meio ambiente, com a saúde, com a educação etc. Isso inclui, além de uma perspectiva diferente de organização e mobilização, a renovação das estratégias de confronto social, mas também a participação em fóruns de debates e a proposição de temas, como a responsabilidade e o compromisso das empresas com as localidades e territórios produtivos, e sua política de investimento com relação ao trabalho (RODRIGUES e RAMALHO, 2007). Trata-se, portanto, da necessidade de voltar aos sindicatos para identificar sua adaptação aos novos contextos e sua mudança de rumos político-organizacionais.

As localidades e os territórios produtivos experimentam de modo diferente os efeitos econômicos das mudanças empreendidas pelas empresas. No entanto, essa nova conjuntura fez crescer a discussão sobre estratégias de desenvolvimento econômico e social, ora para contestar a lógica particular das empresas, ora para buscar formas de debelar crises e situações de decadência econômica. E, ao mesmo tempo, renova a forma de fazer política, ampliando a cidadania, permitindo uma maior participação da sociedade civil e dos sindicatos nas decisões que interferem na vida das pessoas e das localidades.

Referências bibliográficas

ABREU, A.; BEYNON, H.; RAMALHO, J.R. The dream factory: VW's modular sstem in resende, Brazil. **Work, employment and society**. Cambridge (UK): Cambridge University Press, v. 14, n. 2, p. 265-282, jun. 2000.

ABRUCIO, Fernando; SOARES, Márcia M., **Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001. (Série Pesquisas, 24).

ALBUQUERQUE, F. **La iniciativa de desarrollo regional del “Gran ABC”, São Paulo (Brasil)**. São Paulo: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC/Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001. mimeo,

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999. p. 94-95, 292.

BONIFACE, D. **Post-statist development initiatives in Greater ‘ABC’ São Paulo: a case study in innovation**. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) – University of Illinois, Urbana-Champaign, 2001.

BRESCIANI, Luís Paulo. **Instituições, agenda regional, desenvolvimento econômico e política sindical no Grande ABC**: os desafios do equilíbrio entre (macro) esfera institucional regional e a (micro) esfera cotidiana produtiva. Caxambu: Anpocs, 2004,

CÂMARA Regional do Grande ABC. A região encontra soluções. Santo André, 2000a.

CÂMARA Regional do Grande ABC. Planejamento regional estratégico. Santo André, 2000b.

CAMARGO, Zeíra M. **O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e as ações regionais na década de 90**. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – IMES, Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul, São Caetano do Sul, 2003.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paze Terra, 1998. p. 298-299.

COCCO, Giuseppe; GALVÃO, Alexander Patez; SILVA, Mirella de Carvalho. Desenvolvimento local e espaço público na terceira Itália. In: _____; URANI, A.; GALVÃO, A. (Orgs.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da terceira Itália. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. p. 23-24.

CONCEIÇÃO, Jefferson José da. **Quando o apito da fábrica silencia**: sindicatos, empresas e poder público diante do fechamento de indústrias e da eliminação de empregos na região do ABC. São Paulo: ABCD Maior, 2008.

CONSTRUINDO um Brasil justo e democrático: emprego e trabalho decente. In: CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 6. 2009. **Caderno de teses**. São Bernardo do Campo: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 2009.

CONSÓRCIO Intermunicipal do Grande ABC, Comunidade Cidadã, 2006. Disponível em: <<http://www.consorcioabc.org.br/comunidade.htm>>. Acesso em: 9 out. 2013.

COOKE, Philip. The local question: revival or survival? In: _____ (Org.). **Localities**: the changing face of urban Britain. London: Unwin Hyman, 1989. p. 296.

DANIEL, Celso. Gestão compartilhada, limites e possibilidades: a experiência do Grande ABC. In: CONSÓRCIO: uma forma de cooperação intermunicipal. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima/Cepam, 2001a,

_____. Uma experiência de desenvolvimento econômico local: a Câmara Regional do Grande ABC. In: GUIMARÃES, N.; MARTIN, S. (Orgs.). **Competitividade e desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001b. p. 449-468.

_____. Sindicatos e desemprego no ABC. **Diário do Grande ABC**, Santo André, 23 ago. 1995, caderno 1, 4.

_____. **Uma estratégia econômica para o Grande ABC**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

_____; SOMEKH, Nadia. Novas estratégias de ação regional: a experiência recente da Câmara do Grande ABC. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR. **Anais...** Porto Alegre, 1999.

DIAS, Sabrina. **Dentro da usina mas fora da 'família'**: trabalhadores e terceirização na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). 2010. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

GOMES, Edgar. **Planejamento econômico local, desenvolvimento e participação social**: a experiência das cidades do Grande ABC Paulista. 1999. 207 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) –Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN**: resistência operária e violência militar na greve de 1988. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1997.

_____. **Privatização da CSN**: da luta de classes à parceria. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GUIMARÃES, Nadya; COMIN, A.; LEITE, M. P. Por um jogo de soma positiva: conciliando competitividade e proteção ao emprego em experiências inovadoras de negociação no Brasil. In: _____. MARTIN, S. (Orgs.). **Competitividade e Desenvolvimento**: atores e instituições locais. São Paulo: Senac, 2001. p. 417-448.

HORTA, Celso. **O braço "direito" do Grande ABC**: um estudo de caso do Diário do Grande ABC e sua inserção na regionalidade e nos conflitos das relações de trabalho. 2003. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul – IMES, São Caetano do Sul, 2003.

KLINK, Jeroen. Secretaria de Relações Internacionais e Captação de Recursos da Prefeitura de Santo André: novos desafios através de uma visão estratégica. **Global**, Rio de Janeiro, n. 0, 2003.

_____. **A cidade-região**: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **O novo regionalismo**: o caso da região do Grande ABC. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEITE, Márcia de P. **Nova estrutura industrial e trabalho**: a experiência da Câmara Regional do Grande ABC no Brasil. Campinas: Decisa/Unicamp, 1999. Mimeo.

LIMA, Raphael J. da Costa. **A "reinvenção" de uma cidade industrial**: Volta Redonda e o pósprivatização da Companhia Siderúrgica Nacional. 2010. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) -

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MARINHO, Luiz. A fábrica além do prédio. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 fev. 2001.

PETROLI, Valdenízio. **Diário do Grande ABC**: a construção de um jornal regional. 2000. Tese (Doutorado em Teoria e Ensino da Comunicação) –Faculdade de Ciências de Comunicação e de Cultura, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2000.

RAMALHO, José Ricardo; RODRIGUES, Iram J. Sindicato, desenvolvimento e trabalho: crise econômica e ação política no ABC. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n. 68, p. 217-231, 2013.

_____; SANTOS, Rodrigo; LIMA, Raphael. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v.3, p. 175-200, 2013.

_____. Forum Demissão Zero: crise e ação coletiva no Sul Fluminense. In: _____. Fortes, A. (Orgs). **Desenvolvimento, trabalho e cidadania**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012. p. 225-246.

_____. Sociologia do trabalho: a necessidade de rever caminhos e tradições. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; FERNANDES, Ana M.; MARTINS, Carlos B; TRAJANO FILHO, Wilson (Orgs.). **As ciências sociais no mundo contemporâneo**. Brasília: UnB/Letras Livres, 2011.

_____; RODRIGUES, Iram J. Sindicato, crise econômica e estratégias regionais: novas dimensões da participação política no ABC Paulista. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 339-351, maio/ago. 2010.

_____. Flexibilidade e crise do emprego industrial: sindicatos, regiões e novas ações empresariais. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, p. 252-284, 2010.

_____; RODRIGUES, I.J.; CONCEIÇÃO, J. J. Reestruturação industrial, sindicato e território: alternativas políticas em momentos de crise na região do ABC em São Paulo – Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, Universidade de Coimbra, n. 85, 2009.

_____. Novas conjunturas industriais e participação local em estratégias de desenvolvimento. **Dados**, São Paulo, v. 48, n. 3, 2005.

RODRIGUES, Iram; RAMALHO, José R. **Trabalho e sindicato em antigos e novos territórios produtivos**. São Paulo: Annablume, 2007.

REIS, Regina C. dos. **Articulação política regional**: a experiência do Grande ABC, 1990-2005. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

REVISTA ABC do Diálogo e do Desenvolvimento. **A região unida para en-**

frentar a crise. São Bernardo do Campo: Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, mar. de 2009.

SCOTT, Allen. **Revitalização Industrial nos municípios do ABC, São Paulo:** análise diagnóstica e recomendações estratégicas para uma nova economia e um novo regionalismo. São Paulo: Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC/Banco Interamericano de Desenvolvimento – relatório de pesquisa, 1999.